

DIRECTOR E PROPRIETARIO: ISABEL DO CARMO • REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Castilho, n.º 70 - LISBOA • Ano III • N.º 96 • 13/1/77 • SEMANAL • PREÇO, 5\$00 AVENÇA

Revolução

JULGAMENTO DOS PIDES



A REABILITAÇÃO DO FASCISMO

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porto-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

SOBRE A (DES)INFORMAÇÃO

Camaradas:
Ao ler o editorial do último «Revolução» em que se fala nas declarações da RDP sobre o petardo que rebentou no passado dia 19 (?) à porta da Polícia Judiciária de Lisboa, pensei dar uma colaboração desenvolvendo mais o assunto.

Momentos depois do deflagrar do petardo um repórter da RDP entrevistou o director da PJ, tendo-lhe este declarado que lhe parecia que o atentado seria uma intimidação da direita pois ali se encontravam detidos elementos da rede bombista.

Esta entrevista foi passada no noticiário logo a seguir à ocorrência. Pois no noticiário seguinte já tinha havido censura interna, já se tinha certamente lamentado o facto de tais declarações terem passado. Mas, para quem tem a faca e o queijo na mão (por quanto tempo?) foi fácil remediar o caso — nos noticiários seguintes foram lidas impressões, não se sabe de quem, dizendo que o atentado era de esquerda pois estavam para chegar à PJ os trabalhadores presos em Beja a 16 deste mês. Sobre esta prisão já o «Revolução» se pronunciou.

É evidente que as declarações do director da PJ passaram despercebidas ao pé das outras (as anónimas) que foram lidas durante todo o dia. Mas que informação isenta e conscienciosa!!!

Igualmente ao fim da tarde o programa «Contraponto» informou que devido a dias atrás terem afirmado que os atentados eram de direita, têm recebido ameaças de todo o género e algumas nem sequer são anónimas. Vão desde ameaças de bomba até à de um general afirmando que esse programa seria um dos primeiros alvos «quando isto mudasse». O sr. general já mostra a cara! Mas que se acatele porque ainda há quem lhe

dificulte a vida, a dele e a de quem pensa como ele e não vai ser tão fácil como eles julgam. Que saudades deve ter o sr. general e seus amigos dos bons velhos tempos da outra senhora!

O poder instituído quer calar a voz daqueles que reclamam contra medidas que vão contra os interesses dos trabalhadores. Assim, acumulam-se os processos contra certos jornais de esquerda, partidários ou não, e os órgãos de informações nacionalizados tentam fazer passar despercebidos para o público a existência desses jornais. Assim, o «Diário Popular» que na 2.ª página traz sempre um resumo da imprensa diária, já há uns tempos que esqueceu o «Página UM» e com igual política a RTP, no dia seguinte às eleições para as autarquias locais, ao dar no telejornal uma visão das notícias da imprensa quotidiana sobre o assunto, também ignora o «Página UM». Mas este jornal não só continua a ser feito como a ser lido por milhares de trabalhadores e a única coisa que conseguem é serem ridiculizados.

Os trabalhadores portugueses tiveram uma experiência do que é a informação revolucionária com a sua participação na Rádio Renascença (a tal que foi destruída à bomba por ordem do Governo e pela qual os trabalhadores portugueses vão agora pagar milhares de contos ao Patriarcado) e no jornal «República». Assim, defenderão os poucos jornais que ainda são porta-voz dos seus interesses.

O capitalismo continua e consequentemente as suas relações de produção e de classe. Como tal, a luta existirá sempre, com mais ou menos força, até à vitória final.

Saudações revolucionárias.

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

PAÍS Semestral — 110\$00 Anual — 220\$00

ESTRANGEIRO Semestral — 400\$00 Anual — 800\$00

Pagamento

Em cheque
Em vale

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA ERNESTO E LUIS

LIVRARIA - BIBLIOTECA

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 25 por cento.

VAI LÁ

LÊ OU COMPRA LIVROS

DÁ SUGESTÕES

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamos do teu apoio.

A UPEL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa

Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 h e das 16.30 às 24 horas.

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

S.ª Iria da Azoia

Rua S. Francisco Xavier, n.º 10-A

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 215759/315786

MATOSINHOS — Rua Cond e de S. Salvador, 374
Tel. 931925

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges, Tel. 22961

MARINHA GRANDE — Rua Marquês de Pombal, n.º 65

ARGEA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, 40
ALGÉS — Rua Vitor Duarte Pedroso, n.º 15 - Algés de Cima
Tel. 210037

PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 247412

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocage, 3
Tel. 26949

BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2076745

LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 312

TORRÃO — Horta Seca

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24938

ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Relfor Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

LOULÉ — Av. José da Costa Meilha, n.º 39 - 1.ª Tel. 63043

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17 — 24658

MONCHIQUE — Estrada de Foia, 9, Monchique.

OLHÃO — Rua 18 de Junho, n.º 64 - B - C

FERRAGUDO — Rua 1.ª de Maio 24735

ESTOMBAR — Rua D. Pedro Galvão, 5

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

A Crise Interna do PSD

A derrota do projecto do PSD para o momento actual, traduzida no seu isolamento quando da votação do Plano e Orçamento, veio agudizar a crise interna que este partido vem atravessando.

Esta crise manifesta-se sobretudo pelo descontentamento nas suas próprias fileiras quanto à actuação do partido, e sobretudo do seu «leader» Sà Carneiro. Este dirigente é o principal defensor de uma alternativa presidencialista em que o PSD fosse maioritário num Governo suprapartidário. Contudo esta alternativa não é neste momento aprovada pelo próprio presidente Eanes, e encontra cada vez menos eco junto dos sectores militares afectos ao PSD, pois estes ficaram bastante desencantados com a derrota política do PSD quando da votação do plano e com a sua manifesta incapacidade de efectuar um recuo táctico.

Por outro lado, no campo internacional, em que Carneiro procurou sem grande êxito obter os favores do imperialismo, a sua recusa em aceitar a «sugestão» da Embaixada dos E. U. A. de não hostilizar o Governo PS diminuiu ainda mais a sua credibilidade junto desses meios.

Perante isto, pode-se perguntar se estes «irrealismos e impaciências» do PSD se devem a um súbito acesso de incompetência de Sà Carneiro, como o justificam outros dirigentes desse partido.

Claro que não, e para o verificarmos basta-nos reflectir sobre as condições económicas em que estes acontecimentos se dão.

O MODELO ECONÓMICO DO PSD

O projecto tecnocrata para Portugal é defendido pelo PS e pelo PSD. Isto significa que as premissas em que baseiam os seus modelos de desenvolvimento económico são as mesmas: o controlo da economia por parte do Estado, nacionalização das grandes empresas públicas (principalmente as não rentáveis), limitação dos sectores de investimento privado, etc.

As suas divergências programáticas situam-se essencialmente ao nível da «dureza» com que essas medidas são aplicadas, ou seja, maior ou menor repressão sobre os trabalhadores, maior ou menor abertura aos investimentos dos capitalistas, maior ou menor aceleração do desenvolvimento económico, etc.

Uma variante desse projecto é ou não viável consoante as condições económicas do País onde são executadas o permitam. Contudo, em Portugal, as condições económicas implicam que nem uma nem outra sejam viáveis.

OS EUA E O PS

O programa dos EUA de «ajuda» a Portugal foi escolhido tendo o PS por interlocutor. Porque o PS continua a ser o partido menos minoritário, e

está em condições de não lhe poder recusar o que quer que seja, serve ao mesmo tempo a «legalidade democrática» e os desígnios do imperialismo. E porque, sobretudo, é preciso distinguir entre apoiar o Governo PS e apoiar o programa do PS.

OS EUA E O CDS

De facto, as condições que os EUA põem ao Governo para a realização do seu empréstimo são as do restabelecimento da economia do mercado integral, ou seja, em parte, o cumprimento do programa do CDS.

Aqui reside uma das causas da súbita preocupação do CDS em não fazer cair o Governo. O CDS sabe que se perde assim franjas de direita, mas sabe que o poder está mais próximo da sua mão. Até porque, perante as imposições dos EUA, são sem dúvida os técnicos do CDS que mais condições têm para as levar à prática.

E O PSD?

O PSD receia ver o poder escapar da sua esquerda para a sua direita sem contudo lhe passar pelas mãos.

E basta-lhe um mínimo de conhecimento da situação para saber que tem de aproveitar este período extremamente curto, num espaço de manobra bastante pequeno, para fazer valer os seus planos, porque depois já será tarde demais.

Entretanto, o partido em crise vai naturalmente, para se salvar, atribuir as culpas da sua situação a um grupo dos seus membros.

É contudo de duvidar que, mesmo com purgas, este partido veja traduzida na sua política a posição que lhe advém de ser o segundo partido mais votado.



Manifesta-se neste momento descontentamento nas suas próprias fileiras quanto à actuação do partido, e sobretudo do seu líder Sá Carneiro

NOTAS BREVES

O TESTE DOS NEO-NAZIS

Não se chegou a realizar o encontro nacional de jovens Neo-Nazis, convocado através de panfletos anónimos distribuídos na zona do Estoril e Cascais, e marcado para os primeiros dias deste mês. A reunião referida pelo «Expresso» e por «A Luta», teria também a participação de delegações de agrupamentos fascistas estrangeiros, nomeadamente italianos, país onde estes grupos se têm salientado pelas suas actividades terroristas que vão de bombismo ao assassinato de trabalhadores e militantes de esquerda.

A proibição da referida reunião e o aparato policial montado na zona levaram a que esses elementos fascistas não chegassem a aparecer à luz do dia e se refugiassem em actividades mais «escuras».

No entanto a provocação foi feita e o teste à oportunidade do seu aparecimento público também...

NOVO RDM EM ESTUDO

Deram entrada no Estado Maior do Exército para depois passarem ao organismo hierarquicamente superior — o Estado Maior General das Forças Armadas — os projectos do novo RDM e novo Código de Justiça Militar.

Os projectos, elaborados por duas comissões integradas por elementos dos três ramos das Forças Armadas e nomeados pelo EMGFA, terão que ser aprovados e publicados até ao dia 10 de Abril.

Não sendo assim conhecido o teor dos projectos que irão, enfim, quase três anos depois do 25 de Abril, substituir o regulamento fascista de 1933, tem no entanto, sido, noticiado que num dos seus pontos prevê a expulsão das Forças Armadas dos militares que tenham cumprido um total de 20 dias de detenção, o que permite às F.A. livrar-se facilmente de alguns militares incómodos como seria o caso do general Otelo.

Que outras surpresas nos reservarão estes regulamentos?

FERREIRA DA CUNHA PASSA À RESERVA

O tenente-coronel Ferreira da Cunha apresentou ao Estado Maior do Exército o seu pedido de passagem à reserva, o qual foi deferido, não sem que antes fosse dito e redito que as razões apresentadas eram de cariz pessoal.

Ferreira da Cunha que actualmente desempenhava as funções do Comandante do Regimento de Infantaria do Porto, foi chefe do gabinete do general Costa Gomes e Secretário de Estado da Comunicação Social durante o 6.º Governo Provisório, foi quando desempenhava estas últimas funções que Ferreira da Cunha foi amplamente contestado pelos trabalhadores da Comunicação Social que o acusavam de ligação ao ex-CDI, espécie de Super-PIDE. Devido a esta contestação vir-se-ia a afastar, tendo retomado as suas funções depois do 25 de Novembro, golpe em cujas operações teve um papel activo.

DEBATES

O PRP vai levar a efeito na região de Lisboa um conjunto de debates sobre a situação política actual, o MUP e a alternativa revolucionária proposta pelo partido. Estão desde já marcadas as seguintes sessões:

Dia 13 — UPEL (Universidade Proletária Ernesto e Luis) às 21 h 30

Dia 14 — Quinta da Calçada às 21 h 30
Tires (na Sociedade) às 21 h

Dia 15 — Sacavém na Academia recreativa musical às 21 h 30
Sociedade União Musical e Escolar de Oeiras às 21 h

e a actualidade nacional

AS CONDIÇÕES DO EMPRÉSTIMO DOS EUA

O Governo mantém um segredo rigoroso sobre as condições impostas pelos EUA para a efectivação do empréstimo de 45 milhões de contos a Portugal subscrito por um consórcio internacional em que os EUA têm acção preponderante. Soares vai mais longe e afirma que não são impostas quaisquer condições.

Isto, a dar-se, seria uma aberração nas relações económicas entre um país imperialista e um país dele dependente.

A verdade é outra, e o sigilo absoluto indica que as condições são tão severas que Soares tem receio de ser atacado na sua actividade de vendedor de Portugal ao estrangeiro, mesmo por forças políticas à sua direita.

Uma condição prévia (sem a qual não haverá empréstimo), que já está a ser realizada é a compra de divisas ao Fundo Monetário Internacional no montante de mais de dois milhões de contos. Esta operação é supervisionada por uma delegação do FMI que já se encontra em Lisboa, e os acordos deste tipo duram geralmente um ano; durante este período são recebidas as divisas e o seu pagamento (neste caso em escudos) é feito durante 5 anos.

Estas negociações são sempre acompanhadas de condições impostas pelo «benfeitor» sobre a política económica a adoptar.

Um outro empréstimo, já negociado pelo ministro Medina Carreira em Washington e que consiste num crédito de nove milhões de contos cedido pelos EUA, veio aliviar as inquietações do governo: se esse empréstimo não chegar até fins de Janeiro, terão de ser racionados os produtos alimentares e o petróleo e começarão a ser vendidas as reservas de ouro.

Este balão de oxigénio vai adiar

o colapso económico até Março, da mesma forma que o empréstimo de 7 milhões e meio de contos concedidos pela RFA conseguiu evitar que o colapso se desse logo no princípio deste ano.

Estes empréstimos, que têm por objectivo adiar a derrocada da situação económica, têm-se manifestado geralmente sob a forma de créditos, ou seja, permite apenas ao governo fazer operações económicas com base em importações dos países que abrem esses créditos.

O «grande empréstimo» de 45 milhões de contos reveste outras formas e é destinado a «estabilizar a democracia», não apenas a aguentá-la por um pouco mais tempo. Dai resulta que as condições impostas a Soares são muito mais duras, e algumas delas já se conhecem. Maior rapidez no pagamento das indemnizações aos capitalistas, e a fiscalização cerrada da aplicação desses empréstimos por parte do FMI ou do Banco Mundial. Contudo estas exigências pontuais que transpareceram fazem parte de condições mais globais que se podem deduzir até por experiências semelhantes noutros países:

— Restabelecimento da economia de Mercado integral, ou seja, a maior redução possível da intervenção do Estado na vida económica, abertura de todos os sectores ao investimento privado, fortalecimento do aparelho repressivo de modo a possibilitar que

uma maior exploração dos trabalhadores assegure uma taxa de lucro convincente para o investigador estrangeiro, desvalorização do escudo em substituição das limitações às importações, etc. E de notar, porém, que este projecto ultrapassa largamente os planos dos tecnocratas mais direitistas do PS e roça mesmo bastante o projecto económico do CDS.

Até que ponto o PS poderá executá-lo sem ser ultrapassado por golpistas mais «qualificados» é uma pergunta pertinente...

O 25 DE NOVEMBRO NO PS

Desta reunião realizada no Casino da Figueira da Foz, o facto que ressalta mais importante é a cilindragem interna que estão a sofrer os opositores de esquerda à política de Soares.

Estes membros do PS, dos quais muitos já estão suspensos, desenvolveram alguma actividade para conseguirem expor os seus pontos de vista na reunião.

Contudo a entrada dos elementos suspensos foi proibida, tendo-se limitado a fazer essa exposição junto dos jornalistas que circundavam o local da reunião.

Porém a caça às bruxas não se ficou por aqui, tendo Soares ameaçado os elementos que, no encontro, se opunham com mais relevância à sua política. Estes foram postos, pela intervenção do Primeiro-Ministro, perante a escolha de se calarem ou serem igualmente marginalizados.

Este afastamento em curso de elementos de esquerda do PS é encarado pela direcção do partido como benéfico para a clarificação a nível partidário. E-o sem dúvida, e representa a aprovação pela maioria dos órgãos dirigentes do PS da política direitista do actual Governo. E isto é incompatível com a existência de «minorias» que com questões pertinentes possam de algum modo pôr em causa a solidez da posição da actual direcção do PS.

A par da cilindragem da minoria oposicionista, a reunião consistiu na exaltação da actuação do Governo, principalmente no que respeita à questão Agrária e ao Ensino, com o apoio à integração de Portugal na CEE, alguns receios pelo avanço da direita a nível da informação, outros tantos protestos pela libertação dos «pides», e a inevitável moção de bajulação a Eanes.

NOTAS BREVES

FASCISTAS TEM UM NOVO PARTIDO

«Nasceu» no passado fim de semana no Porto o PAP — Partido de Aliança Portuguesa, — Partido de extrema direita que vem tentar assimilar as franjas ultra direitistas que nestes últimos tempos têm tido severas críticas ao CDS, acusando-o de pouco «áspero» em relação ao governo e mostrando um manifesto descontentamento com os resultados obtidos nas últimas eleições. O PAP, que se deu a conhecer através do ex-deputado do CDS Manuel Pires de Moraes, apresenta-se como um partido «nacionalista» e «conservador» que defende a «economia nacional de mercado» e valoriza «a função social da propriedade privada».

Entre os seus criadores aparecem nomes ligados ao PDC ao CDS, ao PSD, ao MIRN, o movimento de «Independentes» do Kaulza de Arriaga e a «outros grupos políticos dissolvidos arbitrariamente durante a ditadura Gonçalvista». Parece assim que a extrema direita fascista, descontente com a brandura destes partidos, forja novos instrumentos. Os fundadores deste partido afirmam ter a intenção de o legalizar dentro dos próximos dias, obtendo assim uma capa constitucional, para as suas actividades. Será que a «legalidade democrática» irá dar cobertura a mais um bando fascista organizado?

E quando a burguesia fascista tirar a máscara e mostrar os dentes sangrentos?

OS MINISTROS E OS ASSALTOS

O Ministro da Indústria e Tecnologia Walter Rosa demitiu-se apresentando uma razão pessoal: o seu filho era assaltante de bancos.

Logo certa imprensa de direita, ao mesmo tempo que procura ligar o assaltante a «organizações de extrema-esquerda», lisongei a integridade moral do sr. Ministro, que podendo, dada a posição que ocupava, abafar o caso, preferiu deixar correr a justiça.

Podemos tomar esta interpretação dos jornais de direita como uma pequena achega para a compreensão de porque é que a prisão dos assaltantes e bombistas não avança. Basta que haja ministros ou generais que não tenham a moral tao integra...



Estas negociações são sempre acompanhadas de condições impostas pelo «benfeitor» sobre a política económica a adoptar



PIDES

O Regime Fascista à solta

Com os julgamentos dos pides António Domingues e Seixas, veio-se aclarar ainda mais, se acaso era necessário, a posição de apoio aos torturadores e assassinos, que este Poder mantém, através dos seus tribunais e das suas leis.

O pido António Domingos, assassino o escultor Dias Coelho, militante comunista, em Alcântara. Faz quase dois anos, que o vimos num carro celular, ir «repor a cena do crime», com um pau a fazer de pistola, e muita policia de volta; já nessa altura, no Largo do Calvário, zona de concentração operária, quando «cheirou» a PIDE, foram precisos dois fortes cordões policiais para vedar a rua, de maneira a conter a fúria popular. Já nessa altura ouvimos gritar «mata que é PIDE», «assassino», ou «mata-o agora, antes que fuja». Os trabalhadores que se juntaram nessa altura, sabiam o que podiam esperar dos Governos da burguesia, em que a Lei impera acima de tudo e de todos, e ainda estávamos, nessa altura, em pleno V Governo!

Não foram frases proféticas, as que se gritaram na altura, foram a certeza de acontecer o que veio a verificar.

Domingos foi julgado, não foi prova do assassinato premeditado (!), fez afirmações do estilo de que nunca tinha tocado sequer com um dedo num preso politico e a sentença foi lida: mais onze meses de prisão, susceptíveis de serem diminuídos atendendo ao bom comportamento do preso e outras ridicularias no estilo.

O JULGAMENTO DE SEIXAS VAI PELO MESMO CAMINHO

Não são estes casos isolados que estão em causa. Esta foi mais uma das muitas afrontas a todo o antifascista, que se têm feito ultimamente, pelo tal Governo que se diz socialista, mas que vai soltando um pido aqui, outro acolá, até que chegamos ao estado em que nos encontramos, em que não só já poucos pides restam nas cadeias, como grande parte deles (a quase totalidade) nem julgados foram, e os que o são, é o que se vê!

O Primeiro-Ministro diz que «só fica o direito de nos indignarmos». O Primeiro-Ministro indignou-se? Mas então só se indigna agora, quando já quase todos os pides estão a engrossar as fileiras do ELP/MDLP, da FNLA e UNITA? Só agora é que se indigna? E o que já consentiu, e o que continua a consentir? Ou então, qualquer coisa anda mal neste País! Os tribunais portugueses não estão debaixo da alçada do Ministério da Justiça, cujo ministro é o dr. Almeida Santos, que aderiu ao Partido Socialista no seu último Congresso?

Final quem é que se indigna, com tudo o que se vai passando no campo da justiça neste País?

QUEM OS SOLTA — QUEM OS PRENDE

O mesmo Poder, o mesmo Governo, as mesmas pessoas, o mesmo sistema, que tem vindo a soltar os pides (apesar de muitos indignados, claro!) vai prendendo, sucessivamente, soldados que se levantam contra a repressão nos quartéis dos generais, prende Otelo por este dizer umas palavras numa festa dos GDUP's, prende 5 camponeses alentejanos por estes estarem a apelar à luta contra a exploração, prende e revista casas de antifascista e militantes revolucionários.

Os mesmos juizes que ilibam pides com tanto à-vontade, serão os que levarão à cadeia dezenas ou centenas de antifascista, se o permitirmos.

Aqui é que se centra a questão fundamental. Como sempre dissemos, não são as pessoas que devem ser julgadas isoladamente pelos seus actos, mas sim regime ou sistema que serviram ou apoiaram, isso é que é um julgamento politico.

Ora este Poder, através dos seus juizes, está efectivamente a fazer julgamentos, libertações e prisões politicas, se bem que julgando, e absolvendo ou condenando isoladamente. Neste momento, é o 24 de Abril que foi e está a ser julgado e praticamente absolvido (Mário Soares dizia no Brasil «compreendemos até os inimigos da nossa própria revolução») e é o 25 de Abril que está a ser preso e condenado!

MAIS SEIS...

No dia sete deste mês, foram quatro pides soltos, depois de «julgados» no Tribunal Militar Territorial, em Santa Clara.

As ridiculas «penas» sofridas, já eles as cumpriram com o tempo de prisão. Estes quatro pides, são o agente de 2.ª Valentim Manuel Guerreiro dos Santos que actuou em Moçambique, e que não teve declarantes no «julgamento», condenado a dois meses de prisão; o agente de 2.ª José Manuel de Oliveira Jordão, que actuou em Alpiarça e Santarém, não teve igualmente declarantes e foi «condenado» a três meses de prisão; o pido, agente de 1.ª João Martins, que serviu a PIDE durante trinta anos «como mo-

torista» segundo afirmou, foi «condenado» a quatro meses de prisão, e o quarto pido, chefe de brigada, Apio Augusto Nunes, que serviu a PIDE durante vinte anos e fez, segundo declarações suas serviços de alfândegas, foi «condenado» a três anos de suspensão dos direitos políticos!

Também nos dia 10, saíram em liberdade incondicional os pides, Mário Fernandes Gonçalves e João Garção Gonçalves, que tiveram ambos, «condenações» também já cumpridas durante a sua prisão.

Note-se que todos estes pides, apresentaram «atestados de bom comportamento», que serviram de atenuantes, se bem que, segundo parecia, para o juiz, nem isso seria necessário, dado o grande interesse que ele desde sempre demonstrou em fazer sair dos seus «julgamentos», ilibações sensacionais, o que quer dizer, libertações sancionais, o que, diga-se tem vindo a conseguir.

Aqui fica uma pergunta pertinente: será que os pides que foram «condenados» a dois meses de prisão ou coisa parecida, não começarão agora a fazer o mesmo que os saneados das empresas estão a fazer, ou seja a exigir indemnizações, neste caos pelos meses a mais que passaram na prisão?

O DECRETO

Entretanto, no dia 31 de Dezembro de 1976, foi enviado à Presidência da República um decreto-lei que altera as penas e atenuantes que estão a ser utilizadas no julgamento dos pides.

Se o Conselho da Revolução não

se pronunciar pela sua inconstitucionalidade até dia 15 deste mês, e nos termos do Artigo 139. da Constituição (se é que ela desta vez será aplicada), pode o Presidente da República, depois de ouvido o Conselho da Revolução, e em mensagem fundamentada, exercer o direito de veto, solicitando nova apreciação do diploma. Se a Assembleia da República confirmar o voto na maioria dos seus membros activos, a promulgação não poderá ser recusada.

Vasco da Gama Fernandes, presidente da Assembleia da República, por sua vez, e independentemente do que se está a verificar na resposta por parte do Conselho da Revolução, afirma que o projecto está a seguir «os seus trâmites legais». A ver vamos...

JUSTIÇA POPULAR

A justiça popular tem de ser um acto colectivo consciente, em que os trabalhadores façam ouvir a sua opinião, a façam cumprir, sem que para isso tenham que haver leis rígidas ou mecanicistas, permitindo que cada caso seja julgado segundo a sua gravidade politica, e não pelo acto em si.

António Domingos Seixas e todos os outros não seriam julgados só por ter torturado ou morto antifascistas, mas seriam condenados por terem servido de sustentáculo às leis fascista, ao regime de Salazar, e por se preparar, segundo o seu passado faz crer, para colaborar em qualquer acção de tipo violento contra os trabalhadores deste País, contra as liberdades conquistadas.



Aspecto da manifestação frente ao 2.º Tribunal Militar onde estava a ser julgado o pido Seixas

internacional

República Popular de Moçambique

Tarefas concretas e imediatas a realizar

Iniciamos neste número do «Revolução» a divulgação de um conjunto de documentos da FRELIMO onde são analisadas as grandes vitórias alcançadas pelo Povo Moçambicano desde a conquista da Independência, a situação actual, os ataques do Imperialismo, nomeadamente através do regime de Ian Smith, e as grandes tarefas a realizar no quadro da Reconstrução Nacional.

Começando por fazer um balanço do que foi o 1.º ano de Independência, a circular da FRELIMO dirigida a todos os Grupos Dinamizadores do país refere:

AS VITÓRIAS DO NOSSO POVO KRANTE O PRIMEIRO ANO DA NOSSA INDEPENDÊNCIA

Analisando o Primeiro Ano da nossa Independência o Camarada Presidente salientou como principais vitórias do nosso Povo:

a) **A extensão a toda a nossa República Popular, do Poder Popular Democrático** — neste Primeiro Ano começaram a ser criadas as condições para que em todos os lugares de trabalho e de residência, do Rovuma ao Maputo, o nosso Povo exerça o Poder.

Ao organizar-se politicamente através dos Grupos Dinamizadores o nosso Povo pode começar a estudar e a discutir de forma colectiva e democrática os seus problemas e a procurar colectivamente a solução para esses problemas.

Pela primeira vez na História do nosso País, milhões de moçambicanos puderam e podem participar activa e organizadamente em todos os aspectos da vida do País, através das estruturas dos Grupos Dinamizadores.

b) **O prosseguimento do combate para destruir todos os vestígios do colonialismo** — neste Primeiro Ano o nosso Povo lançou uma ofensiva vigorosa para destruir definitivamente as estruturas coloniais em todos os sectores e para eliminar para sempre o alcoolismo, a prostituição, a droga, para acabar com o tribalismo, com o regionalismo, o racismo, com os exemplos de superioridade e de inferioridade, para aniquilar a superstição, o obscurantismo, o analfabetismo e o banditismo.

c) **A recuperação da terra pelo Povo.**

d) **A nacionalização dos hospitais e dos consultórios privados.**

e) **A nacionalização das escolas privadas e a abolição de explicadores.**

f) **A liquidação do comércio da justiça e o lançamento das bases de um sistema de justiça popular.**

g) **A nacionalização das casas.**

h) **Início do combate pela independência económica e pela criação dum economia ao serviço do Povo** — neste Primeiro Ano começamos a estudar a forma de que toda a riqueza produzida em Moçambique fique nas mãos do nosso Povo Trabalhador e não continue a ir para as mãos dos exploradores. O nosso Povo começou a organizar-se em aldeias comunais que são o factor essencial para podermos resolver todos os nossos problemas de fome, falta de vestuário, doença, analfabetismo etc.

COMO REAGIRAM OS REACCIÓNARIOS ÀS NOSSAS VITÓRIAS?

O Camarada Presidente referiu também que as vitórias do nosso Povo

constituem uma pesada derrota para os reaccionários e exploradores de todas as raças e de todas as cores.

Assim, os colonialistas portugueses, ou seja, a burguesia colonial que vivia aqui no nosso País à custa do nosso trabalho, do nosso suor e do nosso esforço começou a fugir para outros países onde há Governos reaccionários como eles.

Quanto aos reaccionários moçambicanos, aqueles a quem chamamos burguesia interna ao verem fugir os colonialistas pensaram que a independência lhes permitiria substituir os colonialistas e continuar a explorar o nosso Povo. Mais tarde ao verificarem que a linha política popular da FRELIMO os impede de explorar o Povo — esses reaccionários nacionais de todas as cores e de todas as raças tomaram as seguintes atitudes.

— uns fogem atrás dos seus patrões colonialistas e vão para outros países:

— outros ficam cá e tentam sabotar e prejudicar a acção do nosso Povo dirigido pela FRELIMO. São eles que fomentam o tribalismo, o regionalismo e o racismo: são eles que fomentam o boato e a intriga; são eles que fomentam o banditismo, a sabotagem económica e a indisciplina no seio dos trabalhadores menos conscientes.

A SITUAÇÃO NO MUNDO DURANTE O PRIMEIRO ANO DA NOSSA INDEPENDÊNCIA

(...) Foi de facto em 1975 que os Povos Africanos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e ainda os Povos asiáticos do Vietname, Laos e Camboja obtiveram grandes vitórias sobre o colonialismo e o imperialismo.

O Camarada Presidente uma vez mais explicou que a nossa luta, a luta do Povo Moçambicano, faz parte da luta mais geral de toda a Humanidade de todos os Povos do Mundo contra o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo e outras formas de exploração do homem pelo homem (...)

O Camarada Presidente salientou que assim como fomos apoiados por outros Povos na nossa luta de Libertação devemos continuar a apoiar a luta de todos os Povos oprimidos, em Particular a luta dos Povos do Zimbábue, Namíbia e África do Sul.

Devemos todos compreender que nunca seremos verdadeiramente livres enquanto houver outros Povos oprimidos.

ORIENTAÇÕES DO CAMARADA PRESIDENTE AO NOSSO POVO

Referindo-se às dificuldades que temos hoje, o Camarada Presidente salientou que apesar das nossas vitórias, ainda existem no nosso País a fome, a falta de roupa, a doença, o analfabetismo, a superstição, o banditismo o

racismo e outros males que nos foram deixados pelo colonialismo português e que são ainda agravados pela acção dos reaccionários que vivem entre nós.

Para levarmos a cabo o combate eficaz contra todos estes males e acções do inimigo e resolvermos assim correctamente os grandes problemas do nosso Povo, o Camarada Presidente Samora Machel deu-nos as seguintes orientações.

1 — Consolidar a Nossa Unidade de Classe e Revolucionária

A Unidade foi a arma principal do nosso Povo na sua luta contra o colonialismo português. A Unidade continua a ser a arma principal na nossa luta pela consolidação da Independência e pela reconstrução nacional.

A Nossa Unidade é uma unidade de Classe — Unidade entre Trabalhadores. Na nossa Unidade não entram os exploradores.

Para reforçar a nossa Unidade, todos os Grupos Dinamizadores devem intensificar a Mobilização das Massas Populares para a Vida Colectiva Organizada (...)

Devemos compreender que sem Vida colectiva Organizada, sem Trabalho Colectivo, sem Estudo Colectivo, sem Discussão Colectiva dos nossos problemas, sem Crítica e Ato crítica constante, não pode haver Unidade de classe, Unidade Revolucionária.

Para consolidarmos a nossa Unidade é também preciso que nos engajemos no combate contra tudo o que nos pode dividir, em especial contra — o tribalismo, o Regionalismo, o Racismo e as Divisões de Base Religiosa:

— o Boato e a Intriga, que criam desconfiança no nosso seio:

— a Desorganização e a Indisciplina, que nos separam uns dos outros, fomentam o individualismo impedem o Trabalho Colectivo.

2 — Aumentar, Colectivizar, Diversificar e Planificar a Produção.

a) **Aumentar a Produção**
Para resolvermos os nossos problemas mais graves (Fome, Nudez,

Doença, Analfabetismo) é preciso que aumentemos a Produção. Por isso, todos os Grupos Dinamizadores devem mobilizar o nosso Povo para trabalhar mais.

b) **Colectivizar a Produção.**
Quando as pessoas trabalham isoladas produzem menos e criam uma mentalidade individualista. Os Grupos Dinamizadores devem mobilizar o nosso Povo para a intensificação do Trabalho Colectivo, devem explicar as vantagens do Trabalho Colectivo, a superioridade da Produção Colectiva sobre o trabalho e a produção individuais.

c) **Diversificar a Produção**
Devemos saber o que precisamos de produzir.

Em primeiro lugar, precisamos de produzir os alimentos que permitem acabar com a Fome, aquilo que alimenta bem o nosso corpo para resistir à Doença e aguentar bem o esforço do Trabalho (...)

Os Grupos Dinamizadores devem explicar ao nosso Povo que uma alimentação feita só na base Milho, Arroz, apira, Mandioca, Amendoim, não dá tudo quanto o nosso corpo precisa para sermos fortes para o trabalho e termos boa saúde.

Por isso devemos melhorar a nossa alimentação, devemos diversificar a produção (...)

d) **Planificar a Produção**
O Camarada Presidente determinou que, a partir de agora todos os Grupos Dinamizadores devem elaborar Relatórios de Produção.

Isto é necessário porque todos precisamos de saber o que é que o nosso Povo produz em cada ano em todos os sectores (...)

3 — **Aumentar a Produtividade**
Aumentar a produtividade significa aumentar o rendimento do nosso trabalho.

Significa produzirmos em uma colheita a mesma quantidade de milho, arroz, mandioca, mapira, etc., que até agora produzimos em 2 colheitas.

Significa, numa fábrica, produzirmos em 15 dias o que até aqui produzíamos em cerca de um mês (...)





Aulas de alfabetização numa aldeia em Moçambique

Todos os Grupos Dinamizadores devem consciencializar as massas trabalhadoras de que os Indisciplinados, os Preguiçosos e os Esbanjadores são verdadeiramente inimigos da Revolução e devem definir com elas as medidas políticas e administrativas a tomar para os combater.

4 — Estender o Poder Popular, Mobilizando, Organizando e Consciencializando as Massas Trabalhadoras

Em toda a República Popular de Moçambique, o Povo está organizado politicamente através dos Grupos Dinamizadores. É necessário reforçarmos cada vez mais essa forma de organização. Para isso é necessário que:

1 — Os Grupos Dinamizadores sejam reestruturados de modo a serem órgãos verdadeiramente representativos das massas exploradas, da classe operário-camponesa. Só quando os Grupos Dinamizadores forem constituídos pelos representantes das classes exploradas é que poderão desempenhar as suas funções revolucionárias.

2 — Os Grupos Dinamizadores devem mobilizar e consciencializar as massas para serem vigilantes e crítica-rem continuamente nas reuniões o comportamento dos militantes da FRELIMO quando este seja incorrecto; as massas devem ser encorajadas a detectar, denunciar e neutralizar os elementos que pertenceram às estruturas coloniais (PIDE, OPV, ANP, Flechas, G.E., etc.) e aos Partidos Fantoques (ANP, GUMO, FRECOMO, etc.) e que se encontrem actualmente infiltrados nos Grupos Dinamizadores.

3 — Os Grupos Dinamizadores devem continuamente reforçar a sua Disciplina e Organização Interna e melhorar cada vez mais os seus métodos de trabalho observando rigorosamente os princípios do Centralismo Democrático (...)

5 — Intensificar a vigilância contra o inimigo Interno e Externo, Contra as Ideias erradas e Desvios Ideológicos, Contra o Tribalismo, o Regionalismo e o Racismo.

As grandes vitórias alcançadas pelo nosso Povo durante o Primeiro Ano de Independência conduziram a novas derrotas e novos recuos dos reacção-nários e explorados. Eles sentem-se perdidos, desorientados, desesperados. Como não possuem nem força nem coragem para enfrentar abertamente o nosso Povo os reacção-nários recorrem a muitas manobras cada vez mais camufladas, e por isso mais perigosas. Devemos pois intensificar a vigilância em todos os Lugares, a todas as horas. Só o Povo Organizado pode realizar uma Vigilância Eficaz (...)

Os Grupos Dinamizadores devem compreender bem que a tarefa de mobilização do Povo para a vigilância é uma tarefa política. Os Grupos Dinamizadores devem evitar atitudes (tais como violar a casa das pessoas, exigir informações à custa do medo) que criem o receio e a desconfiança das populações (...)

Não são os Grupos Dinamizadores que devem vigiar o Povo (entrando em suas casas, exigindo informações, etc.) É o Povo organizado quem deve fazer a vigilância do inimigo.

Em particular devemos intensificar a nossa vigilância contra:

a) **Os Agentes de Sabotagem Económica** de todos os tipos, incluindo os que vaticam especulação com os preços.

b) **Os Bandidos e Criminosos** (Ladrões, Assassinos violadores de mulheres, etc.). Os bandidos são agentes do inimigo. Através da sua acção lançam o medo e a desconfiança no seio do Povo. Só o Povo Organizado Pode Acabar com o banditismo.

mo. Por isso o Povo orientado pelos rupos Dinamizadores, deve organizar Brigadas de Vigilância que façam patrulhamentos em cada povoação, em cada aldeia comunal em cada bairro, em estreita cooperação com as FPLM ou com as forças policiais (...)

c) **Outros Agentes do Inimigo** atrás mencionados: os tribalistas, os regionalistas, os racistas, os agitadores, os boateiros e os intriguistas.

O camarada Presidente insistiu na necessidade de lutarmos contra o Racismo. O racismo de qualquer tipo é uma atitude reacção-nária, que visa dividir o nosso Povo e impedir de definir correctamente o inimigo. Por isso os Grupos Dinamizadores devem intensificar a mobilização e a consciencialização das massas para a Luta contra o Racismo de qualquer tipo (...)

8 — Tarefas na Frente da Saúde.

Uma das frentes mais importantes de combate na nossa República Popular é a luta contra a doença.

Este ano o Povo moçambicano, orientado pelas estruturas do Partido e do Governo iniciou a Campanha Nacional de Saneamento do Meio (construção de latrinas). Devemos intensificar a Luta contra a Doença.

Um dos maiores inimigos da nossa saúde são as moscas. São as moscas que pousando primeiro nos lixos, nos animais, nas fezes e depois nos nossos alimentos, nos nossos pratos, na nossa roupa e no nosso corpo (especialmente no corpo das crianças) nos transmitem muitas doenças perigosas (diarreias, lombrigas, doenças da pele e dos olhos, etc.)

DEVEMOS TER CONSCIÊNCIA DE QUE AO DESTRUIRMOS TODAS AS MOSCAS ELIMINAREMOS A MAIOR PARTE DAS DOENÇAS QUE HOJE ATACAM O NOSSO POVO (...)

9 — Palavras de Ordem dirigidas em especial aos Grupos Dinamizadores e aos Funcionários das Reparações e outros Serviços do Estado.

Uma das tarefas mais importantes do Partido e do Governo é o desmantelar destruir as estruturas do aparelho de Estado Colonial (substituindo-as pelas estruturas do Poder Popular) e destruir a mentalidade colonial que ainda existe na cabeça de muitos funcio-

nários do Estado (substituindo-a pela mentalidade de Servir as Massas).

A existência dessa mentalidade colonial no seio dos funcionários do Estado tem provocado o atrasado da aplicação de ordem do Partido e do Governo, e tem contribuído para criar descontentamento no seio das populações (por exemplo o caso das bichas, o caso das burocracias complicadas, etc.) (...)

O Camarada Presidente Samora Machel chamou a atenção para a necessidade de os funcionários do Estado:

a) Abandonarem o Burocratismo e passarem a adoptar Métodos de Trabalho Populares Flexíveis.

b) Lutarem contra a Relaxamento e a indisciplina nos serviços em especial contra a falta de pontualidade.

A este respeito o Camarada Presidente salientou que. **A Revolução tem horário para a entrada, mas não tem horário para a saída.**

c) Eliminaremos o Abuso do Poder e o Espírito de Autoritarismo, substituindo-o pelo Espírito de Servir o Povo.

d) Atenderem o público com Rapidez, com Delicadeza e com Respeito.

e) Lutarem contra o Racismo ao nível de apanha de Estado (racismo) entre funcionários e racismo em relação ao público).

A LUTA CONTINUA!

A Sede Nacional da FRELIMO

ZIMBABWE

APOIO À FRENTE PATRIÓTICA

Os Estados da Linha da Frente — Zambia, Moçambique, Tanzânia, Angola e Botswana, — países limítrofes da Rodésia, decidiram na sua reunião do último fim de semana em Lusaka dar o seu total apoio à Frente Patriótica liderada pelos dirigentes negros Robert Mugabe e Joshua Nkomo.

Esta posição, manifestada pelo porta-voz do encontro, o Presidente Nyerere da Tanzânia ao afirmar que será concedido «todo o apoio político, material e diplomático à Frente patriótica a fim de lhe permitir atingir os seus objectivos», vem reforçar em grande medida a posição das forças revolucionárias rodésianas que enveredaram pela luta armada e alterar a correlação de forças na Conferência de Genebra sobre a Independência da Rodésia em que estas esbarram constantemente com as posições fascistas e racistas de Ian Smith, com a «neutralidade» da Grã-Bretanha e com a conciliação das outras forças nacionalistas.

É ainda no sentido do reforço e endurecimento das posições revolucionárias de forma a ultrapassar o impasse que se verifica nas negociações que se devem encerrar as condições postas pelos guerrilheiros do ZIPA (Exército Popular para a Independência do Zimbabwé) à Grã-Bretanha para cooperar na implantação de um governo de maioria negra: que a Grã-Bretanha deixe de tratar o Primeiro-Ministro rodésiano, Ian Smith como «um político respeitável»; que a Grã-Bretanha deixe de enviar mercenários britânicos e armas para o governo de Smith, incluindo as que passam através da República da África do Sul; que os meios de comunicação britânicos deixem de publicar mentiras e injúrias contra o povo do Zimbabwé e o ZIPA; que cessem as manobras britânicas para a implantação de um Governo fantoche» na Rodésia; e que a Grã-Bretanha deixe de apresentar os seus esforços para estabelecer esse «governo fantoche» como tentativas para estabelecer a paz.

RELATÓRIO DAS "SEVÍCIAS"

• Militares acusados tomam palavra



Muito pouco tempo antes das eleições para as Autarquias Locais, saiu o relatório das «sevícias», praticadas sobre presos sujeitos às autoridades militares, no período que vai do 28 de Setembro ao 25 de Novembro, ou seja, durante o tempo em que estiveram nos quartéis os militares antifascistas e revolucionários de que todos nós nos habituámos a falar.

Esse relatório, mandado instaurar pelo Presidente da República, ao sair antes das eleições, pretende comprometer as forças de esquerda nelas empenhadas, deturpando os factos, omitindo as verdades, fazendo deduções fáceis, e insluisivamente, mentindo. A sua publicação nessa altura, é tão sintomática como o foram o relatório sobre o 25 de Novembro apresentado antes das eleições para a Assembleia da República, e os seus anexos, apresentados antes das eleições para a Presidência da República. Parece-nos serem coincidências a mais!

Nesse relatório, como seria de esperar vindo ele donde vem, são acusados os militares do COPCON, Exército, Marinha e Força Aérea, com especial incidência para nomes Otelo (COPCON) Dinis de Almeida (RALLIS) Campos de Andrade e Curo Rosa (PM) e muitos outros, grande parte deles, presos em consequência do 25 de Novembro, prisão essa que nunca foi explicada ao povo português. Esquecimentos...

O CONTRA-RELATÓRIO

Todos os militares focados no relatório, como é evidente, estão impedidos de se pronunciarem publicamente (não fossem fazer afirmações embaraçosas) e como tal, estão praticamente impedidos de se explicarem cara a cara com os trabalhadores que é a quem eles se devem explicar, e a quem eles devem mostrar a cabala que as forças reaccionárias lhes prepararam para os conseguir afastar dos seus postos ao lado do povo.

Por tudo isto, os seus advogados apresentaram na última semana à Imprensa um contra-relatório, onde é explicada a verdade dos factos, e onde é dado a conhecer quem são os indivíduos que fizeram os depoimentos para o relatório.

Nesse contra-relatório, consta por exemplo, a revelação de que dos 200 elementos que depuseram, 50 são ex-PIDEs, 12, ex-FAC (Legião Portuguesa), 23 do ELP, e 17 são ex-informadores da ex-PIDE.

Parece que só isto torna o famoso relatório bem elucidativo, para quem ainda precise de provas sobre o seu carácter reaccionário.

O contra-relatório acrescenta, quanto à forma e conteúdo do relatório:

«Quatro pequenos exemplos:

— A forma como finge abordar

as queixas dos detidos em 25 de Novembro, é propositadamente ligeira. Refere segredos de justiça que lhe não permitem averiguar — quando têm sido estas comissões de inquérito quem sistematicamente tem, como procedimento corrente, a violação desse segredo — e justiça com uma medida golpista — o estado de sítio — as arbitrariedades praticadas.

— Só se debruça sobre o intervalo que vai de 28 de Setembro a 25 de Novembro, fase de avindanacional caracterizada por golpes antidemocráticos e contra-revolucionários, que tiveram de ser combatidos e reprimidos sem preparação logo, sem mandatos formais.

— Attingido o 25 de Novembro, que assume plenamente, parece dar-se por satisfeita. Isto é, o poder que a empossa, será finalmente, feitas as devidas correcções de tempo e circunstância, aquele que atingiu os objectivos pretendidos pela «Maioria Silenciosa», pelos atacantes do RALIS, pelos grupos nazis do MRPP e do MIRM de Kaulza, pelos que fugiram após a dissolução dos partidos fascistas como o Liberal e do Progresso e que, no estrangeiro, com dinheiro desviado das empresas e apoiados pelos grandes capitalistas portugueses, vieram a fundar o ELP e o MDLP?

— Declara-se frustrada por a maioria das pessoas não apresentarem queixas... Dá assim a entender ao público que os «Hodiondos crimes» que se esforça por montar, são ainda muitos mais...

— Sobre o 28 de Setembro, diz que... «para a generalidade dos detidos, foi cometida a violência da publicidade das prisões, feita em termos de exarcebção das massas, com acusações fantasiosas. Essa publicidade feita pela TV, Rádio, Imprensa, folhetos, jornais de parede, etc., acarretando consequências graves para as vítimas e muitas vezes para os seus familiares». Mais uma vez que esquece de referir o que foram os dias a seguir ao 25 de Novembro, a especulação em torno do Relatório do 25 de Novembro e em torno do presente de que é responsável. Não refere a ignóbil e dementada «irresponsabilidade» informativa, bajuladora do poder e por este manipulada, com que foram ditas todas as alevisias e mentiras, caluniando os militares progressistas presos.»

E diz ainda o contra-relatório,

quanto à duzentas pessoas que depuseram:

«2. De cerca de 200 queixas que a «comissão de Averiguações» afirma ter analisado, é curioso apontar que, das referências feitas no Relatório são facilmente identificáveis 113, o que excluindo as queixas apresentadas pelos presumíveis implicados nos acontecimentos de 11 de Março e 25 de Novembro, prefaz quase a totalidade e que se distribuem pelo seguinte quadro:

a) Elementos pertencentes à ex-PIDE/DGS — 17.

b) Elementos pertencentes à ex-FAC da Legião Portuguesa — 12.

c) Elementos pertencentes ao ELP ou/ e outros grupos armados para acções de represália, actos de provocação violenta e/ou incendiários — 23.

d) Elemento detido por homicídio frustrado na pessoa de um militar em desempenho de funções — 1.

e) Elementos traficante e possuidor de droga — 1.

f) Indivíduo detido em flagrante tentativa de homicídio — 1.

g) Indivíduo com 119 (cento e dezanove) processos, vários de delito comum — 1.

h) Elementos informadores da ex-PIDE/DGS — 17.

i) Indivíduo preso por tentativa de roubo e agressão — 1.

j) Ministro do Interior do regime fascista — 1.

k) Elemento ligado ao tráfico de armamento — 1.

l) Elementos ligados à sabotagem económica — 3.

m) Elemento detido em jogos ilícitos — 1.»

Com os elementos que os advogados que deram a conferência de Imprensa para apresentação do contra-relatório nos fornecem, fácil é compreender ao que o poder tem de chegar, para comprometer (ou tentar comprometer) militares antifascistas e revolucionários, para assim conseguir afastá-los da cena política. É assim que a burguesia joga para eliminar os seus inimigos; faz jogo sujo.

Na conferência de Imprensa, ao lado dos seus advogados, estiveram, se bem que sem usar da palavra, cerca de dezasseis militares, entre os quais OTELO SARAIVA DE CARVALHO, CAMPOS DE ANDRADE, TOMÉ, e CUCO ROSA, estes três últimos de ex-RPM, capitão LUZ do Forte de Almada, e outros.

A QUESTÃO DA VIOLENCIA

É pois o Relatório em questão, mais uma peça política destinada a isolar do povo português aqueles que, desde o dia 25 de Abril, mais se esforçaram por apoiar as suas lutas e destinado, em última instância, a IR FAZENDO O JULGAMENTO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL e a reabilitação da PIDE, dos fascistas, dos grandes capitalistas e seus servidores — de todos os inimigos do povo.

Para isso se serve da forma mais ignóbil da mentira, que é dizer meias verdades, esconder e deturpar factos ao sabor das conveniências políticas e pessoais, caluniando publicamente e manipulando a informação, expondo ao gaudío dos fascistas, homens sérios e honestos que muito lutaram pela melhoria de condições do povo português.

O acto político que é a averiguação de violências sobre presos podia e devia ser um acto exemplar que dignificasse os militares, que fosse uma crítica e uma auto-crítica, que servisse fundamentalmente para ajudar a denunciar e a julgar o fascismo e os seus crimes monstruosos.

O que será condenável? Onde está a violência?

Em desalojar famílias inteiras e deixá-las no meio da rua, por não terem dinheiro para pagar a renda, ou «violentar» o especulador imobiliário, exigindo-lhe que faça um contrato de arrendamento com quem lhe ocupou uma casa que ele mantinha vaga à espera que melhores condições de lucro no arrendamento sobreviessem?

Em prender, com mandato de captura em branco ou sem mandato de captura, um sabotador que provocou a falência dum empresa e passou para o estrangeiro milhares de contos em divisas, ou em consentir no despedimento de dezenas de trabalhadores ou no encerramento dum fábrica porque já não dá lucros «suficientes»?

Manter preso, durante 17 meses, o general Kaulza, que até na cadeia conspirou, ou arremeter furiosamente com cacetetes, balas de borraça, espingardas automáticas e gases, sobre uma manifestação que reivindicava melhores condições de trabalho, ferindo, quando não matando, indiscriminadamente, homens, mulheres e crianças?

É aqui que está a opção. É aqui que se define o carácter de violência.

AOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA E AOS PROFESSORES

Transcrevemos seguidamente um comunicado dos sectores da Função Pública e dos Professores do PRP sobre a nova tabela fascista de vencimentos da função pública, contra a qual se têm vindo a manifestar largos sectores de trabalhadores:

Camaradas:

Os TFP continuam a ser alvo da arbitrariedade, da prepotência e do completo desprezo pelos seus direitos por parte do governo para quem os trabalhadores deste país, são cada vez menos quem tudo produz, e cada vez mais as peças que é preciso mover a seu belo prazer, de modo a manter (ou aumentar) a riquezas nas mãos de uns quantos:

Senão vejamos: enquanto se faz sentir a recuperação capitalista, são julgadas de maneira escandalosa e postos em liberdade os pides e os bombistas, os patrões regressam e o desemprego aumenta, as leis e os decretos contra os trabalhadores (lembremo-nos do Decreto-Lei 294/76, do despacho antigreve e outros) saem todos os dias e as numerosas decisões tomadas em AGTs, algumas negativas até com os seus próprios representantes não são cumpridas.

Como exemplo do que afirmamos temos as diuturnidades concedidas que não foram as aprovadas pela maioria dos TFP, as remunerações acessórias que não foram integradas nos vencimentos conforme ficara estabelecido, o problema da colocação dos professores e daqueles que trabalham sem contrato no ensino superior».

A culminar todo este processo de repressão progressiva e de acordo com a fascistação que vai sendo levada a cabo em todos os sectores, o Governo acaba de nos apresentar um novo aumento salarial que acrescido das insignificantes aumentos da ADSE e a promessa de subsídio de almoço, durante mais algum tempo nos manterá dentro da margem de segurança que lhe permitirá utilizar-nos como está aqui.

Esta tabela é de tal modo semelhante às elaboradas no tempo do fas-

cismo que representa um insulto e um profundo desprezo pelas camadas mais defavorecidas da Função Pública.

Basta referir que enquanto os aumentos das últimas categorias são apenas de 500\$00, os da letra A rondam os 3000\$00 e que os 15 por cento nem sequer já cobrem o valor da subida do custo de vida que desde Maio de 1975 (data do último aumento) atingiu os 30 por cento.

Camaradas:

Não podemos ficar passivos.

Convoquemos Assembleias Gerais em todos os locais de trabalho e rejeitemos massivamente a tabela fascista que nos é imposta.

Defendamos um aumento igual para todos.

Discutamos e levemos para a frente formas de luta fimes, sem margem para posições ambíguas e conciliatórias.

Não à tabela fascista do Governo! Unano-mos na luta por salários justos!

Em frente pela Revolução Socialista

Sectores da Função Pública e dos Professores do PRP

Apresentamos também a referida tabela, a melhor prova do carácter dos aumentos. Assim veja-se o enorme leque salarial já existente neste sector e que o último aumento ainda veio agravar: enquanto o aumento das letras mais elevadas é de cerca de 3000\$00, das categorias inferiores é provocatoriamente de 500\$00, cifrando os vencimentos em 4500\$00. É ainda de salientar que os 60 por cento os trabalhadores estão nas categorias de P a V.

REPRESSÃO NO ALENTEJO

NOVAS DESOCUPAÇÕES:

Efectuou-se em Montemor na passada sexta-feira a desocupação da herdade «Minutos» da cooperativa «Força Popular», no concelho de Montemor. Trata-se neste caso de uma marcação de área para o rendeiro que antes do 25 de Abril explorava somente parte da herdade, a qual se encontrava em larga medida cheia de mato e servia de coutada para caça.

Mais uma vez a desocupação foi feita logo de manhã por forças da GNR armadas de G3 e perante representantes do sindicato e elementos do Centro de Reforma Agrária. O sindicato embora informado do que se passava não tentou qualquer convocação e mobilização de trabalhadores. Limitou-se a fazê-lo depois o facto consumado para tentar negociar.

ARRAIOS

Foram também desocupadas na última semana as herdades «Murteira» e «Bodial da Rainha» da cooperativa Santana do Campo. São propriedades que antes de serem ocupadas pelos trabalhadores só serviam para criação de gado bravo e para caçadas e pertenciam a Antunes Barbeiro, proprietário também na zona de Leiria. É utilizado o artifício de que as propriedades em Leiria se encontram fora do alcance da zona da Reforma Agrária que é actualmente feita a desocupação das terras que os trabalhadores desbravaram e na qual existem neste momento cerca de 700 cabeças de gado que o agrário já começou a desviar.

CENTRO DE REFORMA AGRÁRIA DE ÉVORA

Foram transferidos do Centro de Reforma Agrária de Évora 11 funcionários alegando faltas de serviço, falta de respeito pela direcção do Centro e divulgação da vida interna do Cen-

tro. No entanto, mais do que transferências, trata-se de um processo de saneamento de elementos de esquerda para assim abrir as portas do Centro, como já se está a realizar neste momento, a técnicos agrários da CAP edo CDS e a filhos de latifundiários.

ACTUAÇÃO PIDESCA NO ALENTEJO

No entanto não é só através das desocupações de terras que a violação do actual poder se faz sentir no Alentejo. Paralelamente à repressão sobre os trabalhadores rurais das cooperativas também as organizações revolucionárias estão na mira do Poder.

Assim têm sido feitos ultimamente pela GNR interrogatórios não só a camaradas do Partido, mas também a outros elementos de esquerda insinuando ligações, que na realidade não existem, ao PRP. Os interrogatórios visam sobretudo o conhecimento da vida partidária, a denúncia dos nomes dos camaradas militantes e responsáveis do Partido e o funcionamento do PRP na região.

Mas a actuação da Polícia não se fica por aí, e outros meios têm sido utilizados: a violação da propriedade, entrando em quintais etc.; ir buscar pessoas a casa de noite; ameaças sobre familiares de camaradas; e fundamentalmente utilização de trabalhadores, que naturalmente têm maior facilidade de acesso aos próprios camaradas que a Polícia quer interrogar, expondo-os assim à condição de bufos que serão forçosamente marginalizados pelos camaradas isto numa clara tentativa de divisão dos trabalhadores e sobretudo das forças de esquerda.

Esses elementos são exibidos de carro pela cidade numa tentativa de os destruir. Para melhor conseguirem os seus intentos os interrogadores dizem-se de esquerda, tratando os interrogados até por camaradas, quando no fundo o trabalho que visam é reforçar as posições da direita.

TABELA DE VENCIMENTOS — DECRETO-LEI N.º 923/76 DE 31/12/76

Letra	Vencimento Dec. 506/75	Vencimento actual	
A	18 900\$00	21 800\$00	2900\$00
B	17 200\$00	19 800\$00	2600\$00
C	15 500\$00	17 900\$00	2400\$00
D	13 900\$00	16 000\$00	2100\$00
E	12 900\$00	14 900\$00	2000\$00
F	12 000\$00	13 800\$00	1800\$00
G	11 000\$00	12 700\$00	1700\$00
H	10 200\$00	11 800\$00	1600\$00
I	9 400\$00	10 900\$00	1500\$00
J	8 700\$00	10 100\$00	1400\$00
K	8 000\$00	9 200\$00	1200\$00
L	7 800\$00	9 000\$00	1200\$00
M	7 200\$00	8 300\$00	1100\$00
N	7 000\$00	8 100\$00	1100\$00
O	6 700\$00	7 800\$00	1100\$00
P	6 400\$00	7 400\$00	1000\$00
Q	6 100\$00	7 100\$00	1000\$00
R	5 800\$00	6 700\$00	900\$00
S	5 500\$00	6 400\$00	900\$00
T	5 200\$00	6 000\$00	800\$00
U	5 000\$00	5 800\$00	800\$00
V	4 000\$00	4 500\$00	500\$00



dos trabalhadores

LEI DAS QUOTIZAÇÕES SINDICAIS

Quem tem interesse em destruir as organizações dos trabalhadores?

Saiu na passada semana para publicação no «DIÁRIO DA REPÚBLICA», um decreto-lei que introduz algumas emendas ao anterior decreto-lei 215/B/75, acerca da forma como se passará a processar a cobrança da quotização sindical.

Aparentemente esse decreto-lei introduz uma «pequena» emenda, que se traduz nisto: apenas as associações sindicais podem proceder à cobrança das quotas dos trabalhadores sindicalizados, obrigação esta que anteriormente competia aos patrões e empresas. Qual o significado e o alcance prático desta medida que parece insignificante?

O PASSADO SINDICAL

Todos sabemos como, com o 25 de Abril, herdámos perto de meio século de fascismo. Um dos pilares desse fascismo, foi precisamente o tipo de organização corporativa que pretendiam impor aos trabalhadores. Onde os trabalhadores eram obrigados a hipotecar os seus interesses aos interesses dos patrões. Qualquer tentativa para pôr em prática a defesa das classes trabalhadoras era impedida de que maneira fosse. Daí que os sindicatos representativos tivessem uma existência clandestina, e, nos últimos anos do fascismo, em que o sistema apodrecia mais rapidamente, conseguissem em alguns casos viver semilegalmente. Vem tudo isto a propósito das fracas disponibilidades financeiras dos mesmos. A repressão e a infiltração de «pides» e bufos no movimento sindical, conseguiram alguns dos seus objectivos, entre os quais a fraca mobilização para o trabalho sindical.

Já vemos que à data do 25 de Abril, os sindicatos (os que existiam) não nadavam num mar de rosas, nem tinham meios organizativos, financeiros, etc., que possibilitassem a total satisfação das suas necessidades.

O PRESENTE

Depois do 25 de Abril o movimento

sindical distendeu-se, criando assim ainda maiores necessidades organizativas e financeiras, que estão longe de ser satisfeitas. Donde, a pergunta se os sindicatos têm possibilidades de proceder, eles próprios, à cobrança das quotas sindicais, é simplesmente absurda. Escusado será dizer que o Governo sabe perfeitamente o que faz e porque o faz. Não ignora por exemplo, que esse decreto-lei vai de encontro aos Contratos Colectivos de Trabalho legalmente negociados, e nos quais tomou parte, na maioria dos casos, o próprio Governo através do Ministério do Trabalho. Apenas podemos tomar esta lei como uma grave provocação lançada à cara dos trabalhadores.

A LEI DO ESTRANGULAMENTO ECONÓMICO DOS SINDICATOS

Por outro lado, e como já vimos, a aplicação do decreto-lei terá como consequências a curto prazo, a asfixia económica dos sindicatos. Não tendo meios que procedam a cobrança das quotas, e sendo estas a base financeira do funcionamento dos sindicatos, evidente se torna a «falência» eminente do movimento sindical. Note-se, que mesmo, que os sindicatos aumentassem os meios que possuem com vista à cobrança das quotas, isso acarretaria um nível de encargos económicos difícilmente comportável. Donde se conclui que a gravidade do alcance deste decreto-lei lançado pelo Governo dos marxistas frustrados.

O ATAQUE DO GOVERNO

Mas não é a lei das quotizações sindicais um ataque isolado do Governo às organizações dos trabalhadores. Bem pelo contrário, essa lei significa apenas mais um avanço, que redobra

de intensidade e abre caminho para o que vier a seguir. No fundo, que outro significado pode ter a recente lei dos despedimentos? E a reintegração de fascistas saneados após o 25 de Abril, nas empresas? E as desocupações de herdades colectivas de produção?

Ainda acerca da lei dos quotizações, e dentro da mesma perspectiva desempenha grande importância o papel que a CIP desenvolveu pela saída da lei. É assim, que, a dada altura, e muito antes do Governo se pronunciar, esta organização dos grandes patrões, põe a circular um comunicado dirigido às associações patronais em que apela para o não-envio das importâncias respeitantes às quotas sindicais. A CIP sabe a importância desta medida, e sabe também que este era o momento oportuno de a propor ao Governo PS, que cada vez perde mais apoio a nível sindical. A tática do PS é bem conhecida e resume-se em esmagar o movimento sindical, quando já não é possível controlá-lo. Daí, que a CIP, pelas mãos do PS, achasse a altura própria para desferir o golpe!

A RESPOSTA DOS TRABALHADORES — LUTA NA «COTESI»

Perante esta investida da direita, que o Governo se preocupa em levar a cabo, com o apoio «risonho» da CIP, CAP e partidos fascistas, os trabalhadores apenas têm a opor a sua força.

Foi a consciência dessa força e a justiça da luta que moveu os trabalhadores da «COTESI», de Vila Nova de Gaia, que desde o dia 3 deste mês lutam pela satisfação do seu CCT.

Como já dissemos o novo decreto-lei vem revogar no que respeita à cobrança das quotizações sindicais, muitos contratos colectivos. É o caso desta fábrica do sector têxtil, com cerca de 2000 operários, cujos trabalhadores exigem a continuação do cumprimento do CCT, ou que o patronato se comprometa a encarregar um funcionário dos escritórios de proceder à cobrança das quotas sindicais.

Este é apenas um exemplo de como os trabalhadores não se podem vergar, nem vergarão, perante o peso dos patrões. Ceder numa altura em que o fascismo se mostra cada vez mais confiante, é dar todos os trunfos à reacção. E, como a História nos mostra isso custa quase sempre demasiado caro!



Luta dos Trabalhadores

FIRESTONE

A luta dos trabalhadores da Firestone (multinacional americana ligada à indústria automóvel, instalada em Alcochete) iniciou-se em Outubro passado, tendo como objectivo a publicação de um contrato colectivo de trabalho que viesse substituir o anterior que caducara em Julho.

Face à luta dos trabalhadores a administração decide despedir seis trabalhadores que se tinham mostrado mais activos. Em 15 de Dezembro o CCT foi acordado mas os trabalhadores não foram reintegrados.

Em consequência da atitude do patrão os trabalhadores realizaram um plenário no passado dia 7 onde foi decidida uma paralisação de 24 horas para o dia 11, que teve uma adesão quase total no sector de fabrico, tendo, no entanto, a parte administrativa da fábrica mantido o trabalho.

RODOVIÁRIOS

Os rodoviários decidiram não recomeçar a greve da mala interrompida nos fins do mês de Dezembro, visto parte das suas reivindicações terem sido satisfeitas. No distrito de Lisboa, foram mesmo aceites pelos trabalhadores, as propostas salariais apresentadas pela Rodoviária Nacional, estando as mesmas actualmente em discussão nos outros distritos.

A.G.F.A.

A administração da fábrica da multinacional «AGFA-GEVAERT» (material fotográfico) instalada em Coimbra, apresentou uma proposta de despedimento colectivo à Secretaria de Estado do Emprego, justificando-a pela inexistência de mercados para escoamento dos produtos. Até ao momento este organismo oficial ainda não se pronunciou sobre a questão.

FAI-FAI-MATOZINHOS

Continua por resolver o problema da fábrica de confecções Fai-Fai em Matosinhos. A situação na fábrica começou a agravar-se quando os patrões suspenderam um delegado sindical e passado pouco tempo mais 16 trabalhadores.

Depois de várias manobras tendentes a não lhes pagar o salário referente ao mês de Outubro e ao 13.º mês, os patrões enviaram cartas a 9 destes trabalhadores comunicando-lhes o despedimento.

Em face disto todos os trabalhadores reuniram-se com um delegado do Ministério do Trabalho e um elemento do sindicato e recusaram unanimemente o despedimento dos seus camaradas. No entanto o principal accionista da empresa reiterou a posição da administração quanto aos despedimentos. Qual irá ser agora a resposta dos trabalhadores?

AJUDANTES DE FARMÁCIA

A actual luta dos ajudantes de farmácia iniciou-se quando os patrões para verem aumentar os seus lucros, decidem diminuir o número de farmácias de serviço nocturno e aumentar as taxas de venda de medicamentos depois das 22 horas, de 10 escudos para 25 ou para 50, conforme tenham ou não receita médica...

Tendo a Portaria que regulamenta tais aumentos sido publicada sem os trabalhadores terem sido ouvidos, estes vêem-se impossibilitados de a recusarem na prática, isto é, de se recusarem a receber o dinheiro correspondente aos aumentos pois tal atitude seria considerada «desobediência às entidades patronais» e seria motivo para despedimento com justa causa. Para encontrar uma saída para o diferendo a Direcção-Geral de Saúde, criou um grupo de trabalho que foi imediatamente contestado pelo Sindicato que o considera maioritariamente representativo dos patrões e portanto, defensor dos seus interesses.

O Sindicato acusa ainda a D. G. S. de capitulação perante o patronato, baseando-se no aprovado numa reunião em que os trabalhadores não estiveram representados e em que os patrões se comprometeram a aumentar o actual número de farmácias de serviço, para 9, quando o total em Dezembro era de 15, tendo a direcção aceite esta decisão.

Na passada 5.ª feira e tendo o grupo de trabalho recusado todas as propostas apresentadas pelo Sindicato — que a constituição do grupo de trabalho fosse modificada, que se mantivesse o número de farmácias de serviço de Dezembro, até ao fim dos trabalhos e que os turnos de cada localidade fossem elaborados anualmente por um representante dos trabalhadores, um dos patrões e um das autarquias locais, os seus representantes decidiram abandonar os trabalhos, mantendo-se presentes apenas como observadores.

DEBATE DO PRP NO TORRÃO

Contributos para a resolução dos problemas dos trabalhadores rurais

De acordo com as decisões aprovadas no último plenário de responsáveis do partido, têm vindo a realizar-se sessões de esclarecimento com debate nas zonas de maior concentração operária industrial e rural da região da margem Sul.

No sentido de provocar a divulgação do projecto político do PRP e levar à discussão no seio das populações da justiça da linha do partido sobre a alternativa revolucionária, têm essas sessões de esclarecimento sido orientadas para: análise da situação política; o MUP e a alternativa revolucionária; os problemas sociais e económicos dos trabalhadores da zona; e a necessidade de elaboração do programa revolucionário para o desenvolvimento social e económico.

Pela importância dos problemas levantados e propostas de soluções discutidas, fazemos referência à sessão de esclarecimento realizada no Torrão no dia 7 de Janeiro apontando a urgência de alargar este tipo de trabalho a outras localidades da região e estendê-las a todas as regiões onde se verifica o processo da Reforma Agrária.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL

No Torrão, enquanto por um lado existem cerca de 150 trabalhadores desempregados e unidades colectivas de produção com trabalhadores em situação de subemprego, por outro lado, há 12.000 h de terras por expropriar, encontrando-se algumas delas abandonadas. A situação de desemprego em que se encontram os trabalhadores do Torrão tem conduzido a conflitos entre trabalhadores das UCP e trabalhadores desempregados, cujas consequências podem conduzir ao isolamento entre trabalhadores, com prejuízo para as conquistas conseguidas por todos, mas dos quais alguns não beneficiam.

Esta situação tem conduzido também ao isolamento entre os trabalhadores desempregados e o sindicato, com base na incapacidade deste em resolver o problema da falta de trabalho e a colocação de trabalhadores desempregados em UCP.

Esta situação de subemprego nas UCP enquanto reflecte falta de ocupação a 100 por cento da mão-de-obra existente, indica também que os custos de produção podem não ser suficientes para cobrir os encargos com os empréstimos e juros bancários; o pagamento de adubos, pesticidas e máquinas agrícolas; o pagamento dos encargos sociais e fiscais por via dos impostos; o pagamento dos salários aos trabalhadores; o pagamento da indemnização aos latifundiários.

O corte do crédito e do apoio técnico por parte do Governo é indicativo do processo de isolamento das UCP, no sentido de provocar a sua desagregação económica, o que, reforçado com a divisão entre os trabalhadores e entre estes e as UCP e os sindicatos, conduzirá à tentativa de recuperação das terras pelos capitalistas.

Outro facto que muito tem contribuído para esta situação é o que diz respeito à falta de democracia interna dentro dos órgãos dos trabalhadores e às manobras cupulistas que apontam para soluções políticas de influência partidária, a que devem associar-se as dificuldades de emprego en-

contradas por trabalhadores cuja filiação partidária e prática política é divergente daquela que existe como hegemónica nas UCP.

A discussão do conjunto destas questões durante o debate fez surgir como alternativa à tentativa de isolamento em que se pretende lançar os trabalhadores e os seus órgãos:

1 — Constituição de uma comissão de desempregados que organize os trabalhadores sem emprego e tome as iniciativas para junto das UCP e do sindicato discutir as formas de actuação a desenvolver para garantir o direito ao trabalho. Apontam-se como medidas imediatas de acção as que conduzam à expropriação de 12.000 h de terras na área do Torrão.

2 — Constituição da União das Cooperativas do Torrão que englobe as 11 UCP existentes, para, em conjunto com a comissão de desempregados e o sindicato, discutir as formas de acção para o prosseguimento das expropriações como condição que permite não só dar trabalho aos desempregados como transferir para as novas terras expropriadas os trabalhadores em situação de subemprego nas UCP.

Apontam-se como medidas a curto e a médio prazo a serem levadas a efeito pela união das cooperativas, e elaboração de um programa de desenvolvimento económico que passe pelo aproveitamento industrial de produtos agrícolas da região, no sentido de absorver mão-de-obra em excesso nas UCP por força da mecanização introduzida no trabalho agrícola.

a) Empresas de agropecuária de criação de gado para a produção de carne para o País, juntamente com a produção de queijo, manteiga, artigos de couro, etc...

b) Empresas para o descasque e empacotamento do arroz, de aproveitamento do tomate, de engarrafamento do azeite, da industrialização da cortiça em produtos manufacturados.

c) Planificação da produção dos cereais, dos produtos hortícolas, frutícolas, vinícolas, do azeite e outros produtos da região e também a planificação do parque de máquinas existentes pa-

ra um melhor aproveitamento por parte das UCP.

d) Estudo e planeamento de novas produções agrícolas e da introdução de empresas industriais para o seu aproveitamento, casos como a beterraba e a produção do açúcar, o sisal e a produção de cabos, o tabaco e o algodão.

e) Planificação da comercialização da produção, segundo preços regulados e fixados antes das colheitas, e circuitos de escoamento que garantam a qualidade dos produtos e sistemas de pagamento que permitam as UCP responder às necessidades de realizar capital.

3 — Reforço da organização dos trabalhadores nas UCP e nos sindicatos, sua ligação com órgãos similares dos trabalhadores de outras regiões não só do sector rural como industrial, como condição de fortalecimento do movimento operário para defesa e avanço das conquistas sobre os latifundiários e a burguesia em geral.

Apontam-se como medidas imediatas a implantação da democracia proletária no interior das UCP e nos sindicatos, a organização autónoma dos trabalhadores face aos partidos, eleição democrática dos delegados e a discussão dos problemas em plénários nas UCP e nos sindicatos.

Como medidas a curto prazo apontam-se as que conduzam à constituição de uniões de cooperativas regionais e inter-regionais que coordenem o processo de produção e comercialização dos produtos agrícolas e mobilizem meios para a defesa de um plano de desenvolvimento social e

Luta dos Trabalhadores

Minas da Panasqueira

Os trabalhadores do subsolo das minas da Panasqueira encontram-se em greve de rendimento (60 por cento) desde o passado dia 7. Os trabalhadores que já se mantinham paralisados a 50 por cento, à alguns dias, decidiram baixar a produção até serem satisfeitos as suas reivindicações salariais ou pelo menos até que os patrões iniciem negociações. No plenário em que foi decidido baixar a produção de 50 para 60 por cento ficou ainda assente que as negociações passarão a ser feitas pelos delegados sindicais e não pela Comissão de Luta, como anteriormente acontecia, ficando esta encarregada da ligação entre o Sindicato e os trabalhadores.

Kallen — Alenquer

A multinacional têxtil Kallen instalada em Alenquer pretende despedir 200 trabalhadores que constituem metade do total da fábrica.

Os produtos aí fabricados são totalmente exportados para Inglaterra e já há cerca de 2 meses não entre matéria prima, estando os «stocks» quase esgotados. O Ministério do Trabalho que tem desde o princípio vindo a ser informado da situação na fábrica tem tomado a posição de espectador, totalmente inoperante, colaborando assim no despedimento dos trabalhadores ou no possível encerramento da fábrica.

Patrão tenta regressar

O ex-patrão dos super-mercados AC Santos tenta através de oito gerentes (ex-sócios) regressar aos super-mercados que desde Maio de 1975 se encontram sob intervenção estatal.

A tentativa de regresso iniciou-se no mês passado quando circulou entre os trabalhadores um abaixo-assinado, que recebeu numerosas assinaturas, muitas delas por medo ou mesmo por coação.

Agora, nos fins de Dezembro as lojas encerraram para balanço anunciando-se a reabertura de oito delas já com o patrão, as outras duas reabriram ao público não tendo acatado as ordens do patrão.

A Comissão Administrativa nomeada pelo Governo parece também interessada no regresso do patrão, tendo sido feita uma proposta desta natureza ao Governo que ainda se não pronunciou sobre o assunto.

económico da região de intervenção da Reforma Agrária.

Outra medida a realizar a curto e médio prazo é a que conduz à ligação das uniões de cooperativas regionais e interregionais com os secretariados de trabalhadores ligados às indústrias e serviços e que têm ligação com o fornecimento de produtos à agricultura, com o escoamento da produção dos produtos agrícolas e com o fornecimento de crédito às UCP.

As uniões de cooperativas devem ainda estabelecer ligações com os pequenos e médios rendeiros da área da Reforma Agrária e do Norte para a discussão de formas conjuntas de acção.



Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, ... Lisboa

RECORDANDO O 18 DE JANEIRO DE 1934

Passar-se-ão dentro de dias 43 anos sobre a data da insurreição operária do 18 de Janeiro de 1934. Dado o grande significado desta experiência histórica do proletariado português, referi-la-emos sucintamente.

O 18 de Janeiro de 1934 surge num contexto histórico bem demarcado, a nível nacional, pela promulgação no ano anterior da legislação corporativo-fascista, e a nível internacional, com a subida ao poder do nazismo na Alemanha (também em 1933). E dentro da perspectiva de luta contra essa legislação que se começa a desenhar a insurreição operária.

No seio do movimento operário duas

organizações predominavam: a Confederação Geral do Trabalho (anarco-sindicalista) e o Partido Comunista. E é em função das perspectivas políticas de cada um, que teremos de analisar o que se passou no dia 18 de Janeiro. Data esta que marca a criação do primeiro conselho revolucionário ou soviético, na Marinha Grande.

Mas os acontecimentos não se circunscreveram à Marinha Grande, pois por todo o País houve sabotagens, greves e movimentações operárias. Só que se registaram de uma forma que denuncia claramente as insuficiências de organização que o movi-

mento deu mostras.

Bento Gonçalves diria, mais tarde, que o 18 de Janeiro teria sido de uma «anarquia». Efectivamente, se se pode e deve criticar o espontaneísmo anarco-sindicalista, não nos podemos esquecer do papel «legalista», de desprezo pela tomada do poder que o P. C. demonstrou. Na verdade, a CGT ao colocar a questão da tomada do poder, levou consigo largas centenas de militantes operários, mesmo do PC, mas não teve em conta o nível de organização operária que a insurreição exigia.

Após o 18 de Janeiro a repressão fascista não se fez esperar, e mais de três centenas

de operários passaram pelas prisões salazaristas. Por outro lado, o confronto PC-CGT agravou-se profundamente.

Contudo, a grande lição histórica do 18 de Janeiro permanece viva. Apenas uma forte organização de classe, através da via armada (como deram, o exemplo os operários da Marinha Grande), pode ascender e exercer o Poder. No momento histórico que vivemos, em que as forças da burguesia se preparam para instalar um novo fascismo, lutar pela criação de uma forte estrutura organizativa de classe capaz de se lhe opor vitoriosamente é lutar pela Revolução Socialista.

Transcrevemos um extracto do Manifesto ao Proletariado elaborado pelo Secretariado Provisório Pró-Conselhos Revolucionários em que é desenvolvida a questão de organização do proletariado para a tomada do poder, nomeadamente através dos soviets ou conselhos

PARA A GUERRA DA CLASSE UM EXÉRCITO DA CLASSE

Face ao actual momento político, económico e militar, face à cegueira eleitoralista dos partidos que se dizem da classe operária, com fraseologia mais ou menos de esquerda procuram acima de tudo arranjar novas formas de dominação e de exploração das massas trabalhadoras, conduzindo desta forma o proletariado para um beco sem saída e permitindo que as forças da reacção se organizem para o golpe que conduzirá inevitavelmente ao retorno do fascismo, face a todas as manobras coloca-se perante o proletariado e todas as forças revolucio-

nárias uma questão fundamental: A TOMADA DO PODER.

A tomada do poder pelo proletariado entende-se como a tomada do poder pela classe e não por este ou aquele partido que pretenda substituir-se à classe operária: VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA DA LUTA DE CLASSES.

É neste contexto que os conselhos Revolucionários aparecem como única forma de organização da classe capaz de se opor à reacção, ao fascismo e às cúpulas partidárias que mais não fazem que conduzir a classe operária a uma der-

rotamos, porém, que não pode haver socialismo no nosso país, sem que haja confronto

violento entre as duas classes opostas: o proletariado e a burguesia. E pois, imperioso que neste momento o proletariado comece desde já a organizar-se e a reunir forças para o confronto final, que será decisivo para o avanço do processo revolucionário que libertará definitivamente a classe operária de todas as formas de exploração e opressão, isto é, a construção da sociedade sem classes, a sociedade comunista.

Os Conselhos Revolucionários são a expressão máxima da organização autónoma mas que implica necessariamente a criação de um Partido Revolucionário que seja capaz de combinar a teoria e a prática, que seja capaz de pers-

pectivar as lutas da classe dentro de uma análise política global da situação de forma a conduzir o proletariado à sua emancipação.

Com o desenvolvimento do processo revolucionário, com o desenvolvimento da organização autónoma da classe nascerá inevitavelmente o Partido Revolucionário que será composto pelos militantes que a classe eleger e reconhecer como seus legítimos representantes.

São pois os Conselhos Revolucionários o embrião do novo poder proletário e o impulso necessário à criação do Partido Revolucionário, factores necessários no desencadeamento da Revolução Socialista.

EDITORIAL

As sentenças dadas aos «pides» que têm ido a julgamento é um escândalo que caracteriza bem o actual regime, mas que serve também para acordar a consciência de muita gente.

Para além das penas ou da ausência de penas que resultam dos julgamentos, é um escândalo também o tom em que decorrem essas sessões, durante as quais o juiz dá mostras da sua benevolência e da sua compreensão do fascismo. Aliás, os juizes estão ali para absolver e não para condenar. Reduzindo os responsáveis da PIDE a meia dúzia de chefes (e veremos que sentença lhes tocará) e averiguando apenas os possíveis «excessos» dos agentes, o tribunal acaba por basear-se na teoria de que apenas foram condenáveis eventuais abusos de autoridade, mas de que a policia politica era uma estrutura necessária, na qual os agentes estavam para bem servir! Pode dizer-se que o julgamento dos «pides» tem sido antes a sua apoteose, a sua recuperação social e política. E que quem fica condenado, indirectamente (e quantas vezes directamente na linguagem do juiz) são todos aqueles que quiseram a condenação dos «pides».

Quando o tribunal absolve moral, social e politicamente os «pides» está a absolver-se a si próprio, pois que as responsabilidades do fascismo são partilhadas por esse tribunal e pelo poder que o dirige. A benevolência do actual poder em face do «fascismo» é a benevolência que tem para si próprio, demasiado enterrado na lama do seu próprio passado. Isto é necessário dizê-lo.

Para além disso as sentenças presentes são de certo um estímulo para que as actuais actividades fascistas se desenvolvam, sem receios de julgamento. E mais ainda, e principalmente — são um estímulo para que os agentes da nova policia politica em formação se sintam à vontade sem terem diariamente o peso da imagem de um pós-25 de Abril qualquer. Considerando os agentes da PIDE como servidores de uma estrutura «normal» do Estado, o actual Poder procura dar aos novos agentes, a segurança que decerto lhes falta quando Imbram a fúria popular.

Coincidindo isto com a pública do «Relatório das Sevícias», o qual tem como quase totalidade das testemunhas ex-pides ou ex-legionários, o que o Poder procura condenar legalmente é o próprio 25 de Abril. A viragem foi mais rápida do que no final da guerra nos países ocidentais, onde houve julgamentos sérios do nazismo e do fascismo, tanto em França, como na Alemanha, como em Itália.

Não há dúvida que aqui e neste momento se procura reabilitar o fascismo e o colonialismo e condenar tudo o que foi revolucionário a seguir à queda do fascismo. Neste momento já não é anedota falar do regresso de Tomás e Caetano. Mas esta forma descarada de reabilitar o fascismo tem o seu reverso da medalha. O insulto que isto constitui para todos os que foram vítimas da repressão fascista; o insulto que isto constitui para os trabalhadores portugueses sujeitos durante anos à miséria e à mordaza; o escândalo que é dar menos tempo de cadeia ao assassino de Dias Coelho do que a alguns que roubaram para comer, ou a simples vendedores ambulantes que vendiam sem licença. Esse insulto, esse escândalo, vão-se voltar contra o Poder. Sem hábitos de viver em liberdade e com muitos anos de fascismo em cima, os trabalhadores portugueses habituaram-se a acumular para explodir depois. Os trabalhadores portugueses estão a aprender que não aceitarão mais meias tintas, nem promessas, nem moderação. Os trabalhadores portugueses estão a aprender a radicalizar todas as suas posições na primeira ocasião que a história tornar possível. E com a memória que o passado confere, os actuais julgamentos há uma coisa que vão provocar — é que se se formar uma nova politica ela não escapará ao julgamento colectivo das massas depois da sua inevitável queda. Porque a História tem o sentido do socialismo e não do fascismo.

**lê
assina
e divulga
Revolução**